GT-4 – Gestão da Informação e do Conhecimento

O ESTADO INFORMACIONAL NA GESTÃO DA INFORMAÇÃO PARA ATENDER AO DESAFIO DE PROMOVER UMA ATUAÇÃO ESTATAL PROATIVA E EFICIENTE

THE INFORMATION STATE IN MANAGEMENT OF INFORMATION TO MEET THE CHALLENGE OF PROMOTING PROACTIVE AND EFFICIENT STATE ACTION

Juliana Dantas Lima (PGCIN/UFSC)

William Barbosa Vianna (PGCIN/UFSC)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: O texto trata das mudanças corridas na sociedade da informação com o advento de novas tecnologias que impactam diretamente nas relações sociais e sobre a necessidade de o Estado se adaptar a esse novo cenário. Traz uma análise sobre a participação estatal na sociedade contemporânea, refletindo sobre a gestão da informação por parte do Estado a fim de propiciar a formulação de novas estratégias para o uso do poder informacional.

Palavras-Chave: Estado; Sociedade da Informação; Poder Informacional, Gestão da Informação.

Abstract: The text deals with the changes occurring in the information society with the advent of new technologies that have a direct impact on social relations and the need for the state to adapt to this new scenario. It brings an analysis of state participation in contemporary society, reflecting the management of information by the state in order to provide the formulation of new strategies for the use of informational power.

Keywords: State; Information Society; Informational Power, Information Management.

1 INTRODUÇÃO

Consideráveis avanços tecnológicos marcaram as últimas décadas do século XX e geraram um novo paradigma denominado de “revolução da tecnologia da informação”. Segundo Castells, as revoluções tecnológicas são marcadas pela sua penetração em todos os domínios da atividade humana, não como uma fonte externa de impacto, mas como o tecido no qual a própria atividade é exercida. Contudo, a revolução da tecnologia da informação tem uma característica especial, que consiste no fato de estar fundamentada em tecnologias de processamento de informação e comunicação (CASTELLS, 2016, p.87).

No entender de Castells, a atual revolução tecnológica caracteriza-se por aplicar os conhecimentos e informações que produz para gerar novos conhecimentos e dispositivos de processamento e comunicação da informação. Desse modo, ela cria um ciclo de realimentação entre as novas tecnologias, seus usos e seus desdobramentos, aplicando-os na criação de novos domínios. Ocorre, portanto, uma amplificação da difusão tecnológica, visto que usuários contribuem para o aprimoramento da inovação a que tiveram acesso. Assim, nas palavras do autor:

As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa. Dessa forma, usuários podem assumir o controle da tecnologia, como no caso da Internet (CASTELLS, 2016, p.88).

Yuval Harari afirma que existe uma dificuldade humana em lidar com as mudanças causadas pela revolução das tecnologias de informação e comunicação, devido à quantidade de dados e informação e ao sentimento de incapacidade de assimilar e processar todo o conteúdo a que se tem acesso. Para o autor, tal dificuldade também se reflete na morosidade estatal em administrar as consequências geradas por um enorme volume de informações digitais, pois os Estados, em regra, não têm estrutura organizacional, tecnológica e legislativa suficientemente dinâmicas e eficientes para se adaptarem às constantes inovações proporcionadas pela revolução digital (HARARI, 2015, p.380-383).

Em que pese a dificuldade estatal em se adaptar as mudanças geradas pela sociedade da informação, Sandra Braman entende que a necessidade de uma atuação proativa do Estado é fundamental, pois vai ao encontro do ideal que propõe uma ênfase na organização política do uso do poder informacional. Ao se analisar as características do Estado informacional percebe-se que ele nasce da transformação de uma economia “globalizada” e utiliza as capacidades tecnológicas e informacionais anteriormente inexistentes, num hibridismo de responsabilidades dos setores público e privado (BRAMAN, 2006).

Diante desse cenário o gerenciamento da informação assume um papel relevante. Conforme Detlor:

Gestão da informação é a gestão dos processos e sistemas que criam, adquirem, organizam, armazenam, distribuem e utilizam informações. O objetivo da gestão da informação é ajudar as pessoas e organizações no acesso, processo e uso da informação de forma eficiente e eficaz. (DETLOR, 2010, p. 103)

Já segundo DAVENPORT (1997), este consistiria em um conjunto estruturado de atividades que por meio das quais uma organização captura, distribui e usa a informação e o conhecimento com vistas a obter melhores resultados.

**Procedimentos metodológicos**

Trata-se de pesquisa exploratória, realizada por meio de coleta de dados e análise bibliográfica, a fim de compreender como a como o Estado deve se adaptar ao novo contexto da sociedade de informação. A pesquisa exploratória visa proporcionar ao pesquisador uma maior familiaridade com o objeto pesquisado e costuma ser aplicada no estudo de temas ainda pouco explorados. Nas palavras de Gil: “Pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. (GIL, 2008, p. 27)

Por meio da pesquisa bibliográfica, recorreu-se à análise de livros, artigos, teses e dissertações que tratem do objeto estudado e de temas conexos a este. A pesquisa Bibliográfica refere-se à análise da contribuição de diversos autores sobre o tema estudado. (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Caracteriza-se ainda por ser uma pesquisa explicativa, pois parte da observação e análise dos fatos estudados para as teorias relacionadas ao tema. (CHIARA, KAIMEN, et al., 2008).

2 DESENVOLVIMENTO

A Sociedade de Informação traduz uma nova conjuntura que abrange a sociedade e suas instituições. O Estado também faz parte dessa conjuntura, necessitando se adaptar a novos desafios. Tal necessidade de adaptação decorre do compromisso estatal com o bem coletivo. Para refletir sobre o papel do Estado nesse contexto, é interessante atentar para a definição apresentada por Dalmo de Abreu Dallari, segundo o qual Estado é "a ordem jurídica soberana que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território"(DALLARI, 2003, p.118).

O Estado é constituído por três elementos: povo, território e governo soberano. O povo são os indivíduos que possuem com ele um vínculo de cidadania, diferindo de população, que é um conceito meramente demográfico correspondente ao número de pessoas que habitam um determinado espaço. Já o território seria a base geográfica, a dimensão espacial do Estado. O governo é a instância diretiva máxima do Estado (LENZA, 2017, p.449).

Já os Estados, são definidos em termos das características de suas organizações burocráticas e não em termos culturais. As nações são moldadas por características culturais. Assim, existe um poder simbólico que fortalece e caracteriza a nação. Sua maior força está no exercício do poder estrutural. O estado-nação moderno representa o esforço para reunir os modos culturais e burocráticos de organizar a sociedade (BRESSER PEREIRA, 2017).

O surgimento do Estado informacional ocorreu dentro de uma longa história de formas sucessivas de Estado. Sandra Braman afirma que Estado burocrático e a nação cultural têm histórias separadas; algumas nações estão espalhadas por vários Estados, e é comum que os Estados tenham dentro de si mais de uma nação (BRAMAN, 2006).

É possível que Estados, no que concerne às suas formas de governo, sofram mudanças, porque são sistemas adaptativos e complexos. Tais sistemas são produzidos por interações entre hábitos culturais, leis formais, discurso e modos de organização dentro de um campo de possibilidades em constante modificação. Como outros sistemas adaptativos complexos, os Estados respondem a mudanças nos recursos e em seus ambientes (BRAMAN, 2006).

 Desse modo, a utilização do poder informacional por parte do Estado significa uma atuação alinhada com as mudanças de paradigmas gerados pela revolução digital. O Estado, enquanto ente responsável pela defesa dos interesses de uma coletividade, necessita manter-se atualizado e conectado aos valores e desafios do contexto social no qual está inserido. Assim, é necessário que ele adote ferramentas de gestão da informação para direcionar sua atuação na sociedade moderna.

Considerando que a criação da Internet se deu na década de 1960, observa-se que seu surgimento é um fato bastante recente à vista do impacto das mudanças socioeconômicas por ela proporcionadas. Nesse sentido, Crespo, lembra que a Internet surgiu com o desenvolvimento da ARPA, sigla para "*Advanced Research Projects Agency Network*" ou Agência de Pesquisa de Projetos Avançados, por algumas universidades americanas. Quando de sua criação, ela era de uso exclusivo das Forças Armadas norte-americanas. O mundo vivia o contexto histórico da Guerra Fria, ensejando a preocupação em criar uma ferramenta de comunicação que funcionasse de forma contínua e que não fosse interrompida em casos de calamidades como uma guerra nuclear. Um dos principais objetivos quando da elaboração de tal rede de comunicação era que não houvesse um comando central, o qual pudesse ser alvejado e causar a interrupção do fluxo da comunicação (CRESPO, 2011).

Em que pese a criação da Internet tenha se dado nos anos 60, a partir da década de 1990 ocorreu um grande aumento da convergência da informática e das telecomunicações, bem como a disseminação do uso dos computadores domésticos e o crescimento da utilização da Internet e serviços eletrônicos no cotidiano das pessoas. Assim, o desenvolvimento e a difusão do acesso à tecnologia contribuíram para a formação da Sociedade da Informação, caracterizada, entre outras coisas, pela valorização de bens imateriais (CRESPO, 2011).

Após a Segunda Guerra Mundial, com a instalação e crescimento das empresas que exerciam atividades fora de seus países de origem, se deu o surgimento do Estado informacional. Na década de 1970, as corporações transnacionais buscaram maximizar suas operações e minimizar a sujeição às restrições impostas por qualquer Estado-nação. As empresas multinacionais ganharam importância no cenário econômico internacional. Alguns cientistas políticos começaram a falar sobre a perda do poder do Estado em relação a outras entidades, tais como grandes multinacionais, chegando a sugerir a possibilidade do seu completo desaparecimento (BRAMAN, 2006).

A informação cada vez mais passou a ser percebida não apenas como um valor econômico, mas também como uma ferramenta de poder e fonte de perigos potenciais. Assim, os Estados perceberam a necessidade de investir em tecnologia para obter acesso a tal fonte de poder. Nesse contexto, os sistemas de defesa também se tornaram cada vez mais dependentes da informática, gerando uma preocupação com a manipulação e com o uso estratégico da informação (CRESPO, 2011).

O Estado informacional é caracterizado por múltiplas interdependências com entidades estatais e não-estatais, que exigem o uso da infraestrutura global de informações para criação, processamento, fluxo e uso de dados. Assim, ele utiliza o controle sobre as informações para produzir áreas de influência dentro do ambiente de rede (PINHEIRO, 2012, p.65).

As redes e as novas tecnologias permitiram o desenvolvimento de repositórios, servidores, bancos de dados, advindos de múltiplos centros de conhecimento, coexistindo sem princípios diretores. Para se posicionar nesse cenário, o Estado informacional precisa integrar as ações informacionais de diferentes ministérios, ligando um conjunto de informações que componha à identidade nacional. Desse modo, faz-se necessário utilizar o poder e infraestrutura estatal para unir diferentes redes de informação (BRAMAN, 2006).

O desenvolvimento de meta-tecnologias e a crescente intensidade da circulação da informação aumentaram a importância do uso de técnicas políticas para manipular o poder informacional. Os governos, que perceberam tal contexto e maximizaram sua capacidade de usar o poder informacional, fizeram a transição da forma política conhecida como Estado de bem-estar social para o Estado informacional (BRAMAN, 2006).

Yuval Harari ressalta os obstáculos que o Estado, marcado por suas características burocráticas, enfrenta para acompanhar a velocidade da evolução tecnológica do ciberespaço. As estruturas democráticas atuais têm dificuldade em colher e processar dados relevantes numa velocidade que lhe permita ter controle sobre fatos e formar visões significativas de futuro. Há um descompasso entre a velocidade de regulamentação e atuação estatal e o espaço virtual em constante mutação. Conforme o autor, é possível que nas próximas décadas ocorra mais revoluções como a causada pela ‘internet’, nas quais a tecnologia irá se antecipar à política (HARARI, 2015).

Ainda segundo Harari, a revolução digital proporcionou um acréscimo no número de informações e conhecimentos muito maior do que a sociedade pode assimilar. O Estado, tradicionalmente considerado o ente responsável pela tomada de decisões e por direcionar a sociedade, em algumas situações, tem demonstrado impotência diante de dilemas apresentados pela Sociedade de Informação. Assim, independentemente do regime de governo adotado, seja democrático; seja ditatorial, a dificuldade em lidar como um grande volume de informações é um ponto comum. As variáveis apresentadas pelo grande informacional tornam a tomada de decisões um processo cada vez mais complexo. À medida que o Estado demonstra uma fragilidade em lidar a revolução digital, a dimensão do seu poder é questionada e outras forças, como o mercado ou a mídia, são apresentadas como detentoras de poder decisório (HARARI, 2015).

Observa-se, portanto, que a interferência do Estado no ciberespaço é inevitável. A tecnologia e a conexão digital fazem parte de todos os setores da sociedade, na qual o próprio Estado está inserido.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese não existir uma aferição precisa da dimensão do poder do Estado na Sociedade da Informação, há um reconhecimento quanto à necessidade do exercício de seu poder enquanto ente comprometido com os valores da coletividade. Não seria prudente uma omissão do Estado que viabilizasse a concentração do poder informacional nas mãos de instituições movidas unicamente por interesses particulares (HARARI, 2015).

No que tange ao controle estatal, Sandra Braman esclarece que, na história da sociedade da informação, as tecnologias industriais foram substituídas por meta-tecnologias, as organizações mudaram de forma, novas arquiteturas de conhecimento foram desenvolvidas, bem como ocorreram mudanças na economia. Assim, o Estado precisou se adaptar a esta nova realidade e os governos também passaram a usar informação e tecnologias da informação em novos caminhos. Logo, é esperado que haja modificações nas leis para adaptação política à nova realidade, refletindo a necessidade de adequação do sistema jurídico. (BRAMAN, 2006, p.1-3)

A gestão da informação é uma ferramenta para a atuação estatal, orientando e embasando suas condutas. Nesse contexto, é relevante a perspectiva trazida por CHOO (1995), segundo o qual uma organização deve adaptar o uso dos recursos informacionais para traçar estratégias que atendam aos seus interesses e necessidades.

CHOO (2003) observa que, em que pese a relevância das novas tecnologias, é essencial que haja uma consciência quanto aos processos pelos quais a informação se transforma em percepção, conhecimento e ação para que haja um melhor aproveitamento dos recursos informacionais. Assim, o Estado informacional deve não só acompanhar a evolução dos recursos tecnológicos, mas também ter uma percepção planejada e estratégica do uso da informação.

É relevante que o Estado não se omita, pois, conforme se observou, as bases teóricas e históricas nas quais ele foi moldado, remontam a uma evolução secular, por meio da qual tem se adequado às novas demandas com a finalidade manter-se como a instituição mais apta a garantir a estabilidade do convívio social e a promoção do bem comum.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. A. V. O que é ciência da informação? **Inf. Inf**., Londrina, v. 19, n. 1, p. 01 – 30, jan./abr. 2014.

ARAÚJO, C. A. V. A ciência da informação como ciência social. **CI. Inf**., Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003.

BEATRIZ, Celina. **Os Direitos Humanos e o Exercício da Cidadania em Meios Digitais**. In: LEITE, George Salomão; LEMOS, Ronaldo. Marco Civil da Internet. São Paulo: Atlas S.A., 2014, p. 70.

BORKO, H. Information Science: What is it? **American Documentation**, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968. (Tradução Livre).

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, estado-nação e formas de intermediação política. **Lua Nova**, São Paulo, 100: 155-185, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n100/1807-0175-ln-100-00155.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2019.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação.** Scielo, v. 12, p. 148 – 207, 04 2007. ISSN 1413-9936. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/viewFile/54/47>. Acesso em: 06 ago. 2019.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. v. 1. (A era da economia sociedade e cultura, v. 1).

CASTELLS, **Manuel, A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**, trad. Maria Luiza X. de A. Borges, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003.

CHOO, C. W. Information management for the inteligente organization: roles and implications for the information professions. **Digital libraries conference**, Singapura, n. 11, p. 81-99, mar. 1995. Disponível em: <http://choo.fis.utoronto.ca/fis/respub/dlc95.html>.Acesso em: 02ago2019.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

CRESPO, M. X. D. F. Crimes Digitais. São Paulo: Saraiva, 2011.

CHIARA, I. D. et al. **Normas de documentação aplicadas à área de Saúde**. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado.** 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

DAVENPORT, Thomas H. **Information Ecology**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

DETLOR, B. Information Management. In: **International Journal of Information Management**, 30, p. 103 – 108, 2010.

FREIRE. G. H. Ciência da informação: temática, histórias e Fundamentos. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 6-19, jan./abr. 2006.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 21. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2017.

LÉVY, P. **O que é o virtual**. SÃO PAULO: ED. 34, 1996.

\_\_\_\_\_\_. A Inteligência Coletiva. 2ª edição. ed. São Paulo: Editora Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_\_. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço.** 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_\_. **Cibercultura**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

PINHEIRO, Marta M. Kerr. Estado informacional. Implicações para as políticas de informação e de inteligência no limiar do século XXI. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 61-77, jan/jun 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/04.pdf> >. Acesso em: 06 ago. 2019.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2ª. ed. Novo Hamburgo: Universidade Freevale, 2013.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

WERTHEIN, J. A sociedade da informação e seus desaﬁos. **Ci. Inf**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 71 – 77, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a09v29n2.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2019.